- LVIII -

PROJETOS DE CORREÇÃO DE FLUXO E COMPLEXIDADE DA GESTÃO ESCOLAR: DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA

Maria de Fátima Magalhães de Lima

Pontifícia Universidade Católica – PUC Rio – Brasil

fatima_mlima@superig.com.br

Introdução

No Brasil, políticas para reduzir a distorção idade-série, desdobradas em projetos e programas de aceleração da aprendizagem, estão presentes no cenário nacional desde a década de 1990, sendo implementadas autonomamente por redes públicas de ensino ou através de convênios e parcerias público-privadas, inclusive com aporte técnico e financeiro do Ministério da Educação (MEC). No âmbito das políticas focalizadas, tais projetos preconizam acelerar e recuperar a aprendizagem de alunos que apresentam atraso escolar, integrando-os posteriormente nos anos de escolaridade adequados às idades (PARENTE; LÜCK, 2004, 2007).

No tocante as suas características, a literatura reporta o caráter padronizado e a intervenção na gestão educacional e escolar, bem como na autonomia do trabalho docente. Contudo, é de competência das secretarias de educação a seleção das escolas implementadoras (PERONI ET AL., 2009; ADRIÃO, PINHEIRO, 2012).

Na rede pública municipal de ensino do Rio de Janeiro, foco deste trabalho, os projetos de correção de fluxo, desenvolvidos pelo Instituto Ayrton Senna (IAS) e Fundação Roberto Marinho (FRM), ganharam destaque na agenda governamental após as eleições municipais de 2008 e o desencadeamento de uma política de responsabilização, num cenário de escolas bastante diversas estruturalmente, com repercussão sobre a gestão escolar, conforme apontam Lima, Alcântara e Almeida (2013).

Particularmente, em relação à caracterização da gestão escolar desta rede de ensino, Oliveira (2015) destaca que a diversidade de escolas, a variabilidade de estrutura física, tamanho e capacidade de atendimento ao público, resultam em graus diferentes de complexidade de gestão administrativa e pedagógica.

No que tange ao trabalho pedagógico, dirigido aos projetos de correção de fluxo, Parente e Lück (2007) e Barbosa (2012) ressaltam a necessidade da focalização, do envolvimento na aprendizagem e acompanhamento do desempenho dos alunos pelos gestores escolares.

Contudo, em relação às condições de gestão, Paes de Carvalho *et al.* (2014) assinalam que a sobrecarga de trabalho burocrático, acentuada pela carência de pessoal administrativo e escassez de coordenadores pedagógicos, podem limitar e comprometer a liderança dos agentes na gestão pedagógica das escolas desta rede de ensino.

Do ponto de vista das abordagens sobre implementação, Sabatier, Mazmanian (1993), Howlett, Ramesh e Perl (2013) ressaltam que variáveis contextuais fazem diferença na tomada de decisão e no alcance dos objetivos da política. As condições da estrutura organizacional, a quantidade, a disponibilidade e a qualidade dos recursos, podem favorecer ou constranger os executores da política e influenciar os resultados.

Neste trabalho, o objetivo é discutir a relação entre as escolas implementadoras dos projetos e a complexidade da gestão escolar com o intuito de verificar em que condições de gestão a correção de fluxo foi implementada entre 2010 e 2014 na rede pública municipal de ensino do Rio de Janeiro. Para fins de análise da complexidade da gestão selecionamos o porte da escola, considerando que esta dimensão caracteriza o contexto no qual as escolas estão inseridas e sobre o qual as políticas educacionais são mediadas e implementadas. Segundo o MEC/INEP (Brasil, 2014), níveis mais complexos de gestão estão associados às escolas de maior porte.

Desenvolvimento

As informações contidas neste estudo provêm de três fontes de dados: 1) bases de matrículas do Censo Escolar de 2010 a 2014; 2) bases de turmas do Censo Escolar deste mesmo período e, 3) documentos oficiais pertinentes à política (RIO DE JANEIRO, 2010, 2011).

Através das bases de matrículas selecionamos as escolas, considerando o número de matrículas no ensino fundamental. As bases de turmas possibilitaram a identificação das turmas regulares e das turmas de projetos organizadas entre 2010 a 2014, a partir dos nomes/números das turmas, cotejadas aos documentos oficiais.

Na sequência, dentre as 1.003 escolas de ensino fundamental foram selecionadas 950 escolas, cujo atendimento incluía alunos do 3º ao 9º ano com distorção idade-série, considerando que estas matrículas correspondiam ao público alvo da política. Posteriormente, selecionamos neste grupo as escolas que ofereceram turmas de projetos no período.

A fim de retratar a complexidade da gestão, os dois grupos de escolas foram categorizadas conforme o porte, observando-se o número de alunos matriculados: escolas de pequeno porte, com até 300 matrículas; escolas de médio porte, entre 301 e 700 matrículas; as de grande porte, entre 701 a 900; e as de enorme porte, mais de 900 matrículas.

De acordo com os resultados, cerca de 60% das 950 escolas caracterizam-se como escolas de pequeno e médio porte, enquanto 40% como escolas de grande e enorme porte. Contudo, das escolas com projetos de correção de fluxo 60% pertencem às categorias “grande” e “enorme” porte.

Do total das escolas selecionadas, 536 a 628 organizaram turmas de projetos. Observando-se a relação entre as escolas implementadoras dos projetos e os portes, chama atenção que durante o período analisado cerca de 90% das escolas de enorme porte tenham organizado turmas de projetos, enquanto apenas 10% das escolas de pequeno porte e 40% das escolas de médio porte tenham oferecido tais turmas.

Considerações finais

Os dados apresentados evidenciam que as escolas de grande e enorme porte são as que predominantemente organizaram turmas de projetos de correção de fluxo. Este cenário, conforme reportado pela literatura, constitui um desafio para a gestão escolar, podendo limitar a atenção aos alunos, com consequências sobre a implementação e os resultados da política.

Referências Bibliográficas

ADRIÃO, T; PINHEIRO, D. A presença do setor privado na gestão da educação pública: refletindo sobre experiências brasileiras. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 1, n. 1, - p. 55-66, jan./jul. 2012.

BARBOSA, T. M. M. F. **A implementação do Projeto Acelerar para Vencer (PAV) em uma unidade escolar: das intenções às ações**. 2012. 196 f. Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, 2012.

BRASIL. **Nota Técnica nº 040/2014**. Indicador para mensurar a complexidade da gestão nas escolas a partir dos dados do Censo Escolar da Educação Básica. MEC-INEP, Brasília, DF, 2014. Disponível em:

http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2014/escola_complexidade_gestao/nota_tecnica_indicador_escola_complexidade_gestao.pdf. Acesso em 10/12/2017.

HOWLETT, M. RAMESH, M, PERL. A. **Política pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013, p.305.

LIMA, F. M. M.; ALCANTARA, G.; ALMEIDA, M. A. O. O que potencialmente afeta a gestão escolar? Percepções de diretores de duas redes públicas de ensino do estado do Rio de Janeiro. In: **36ª Reunião Nacional da ANPED**, 2013, Goiânia. Sistema Nacional de Educação e Participação Popular: desafios para as políticas educacionais, 2013.

OLIVEIRA, A. C. P. **As relações entre Direção, Liderança e Clima Escolar em escolas municipais do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Educação).Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação, Rio de Janeiro, 2015.

PAES DE CARVALHO, C.; OLIVEIRA, A. C.; LIMA, M. F. M. Avaliações externas: tensões e desafios para a gestão escolar **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 25, n. 59, p. 50-77, set./dez. 2014.

PARENTE, M. M. A; LÜCK, H. Mecanismos e experiências de correção do fluxo escolar no ensino fundamental. Brasília: **IPEA**, julho de 2004 (Texto para discussão 1032).

_____. Aceleração da Aprendizagem para corrigir o fluxo escolar: o caso do Paraná. Brasília: **IPEA**, julho de 2007 (Texto para discussão 1274).

PERONI, V.; OLIVEIRA, R. T. C.; FERNANDES, M. D. E. Estado e terceiro setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 30, n. 108, p. 761-778, out. 2009.

_____. Resolução SME nº 1.100 de 13 de outubro de 2010. **Altera a organização dos projetos de correção de fluxo na Rede Pública Municipal de Ensino do Rio de Janeiro**. Publicado no Diário oficial de 14/10/2010.

_____. Resolução SME 1161 de 10/10/2011, publicada no Diário Oficial de 11 de outubro de 2011. **Define projetos estratégicos de correção de fluxo na Rede Pública do Sistema Municipal de Ensino da Cidade do Rio de Janeiro e dá outras providências**. Publicada no Diário Oficial do dia 11 de outubro de 2011.

SABATIER, P. A; MAZMANIAN, D. A. La implementación de la política pública: un marco de análisis. In: VARELLA, L. A. **La implementación de las políticas**. México: Miguel Ángel Porrúa, 1993, p. 323-372.